

**O IPHAN E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO:  
A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e  
Paisagismo Modernos**

Nivaldo Vieira de Andrade Junior  
Arquiteto-urbanista e Mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU/FAUFBA)  
Professor Assistente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA)  
Ex-Coordenador e atual Consultor do Inventário da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos  
(IPHAN)  
[nivandrade@gmail.com.br](mailto:nivandrade@gmail.com.br)

Maria Rosa de Carvalho Andrade  
Arquiteta e Mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Técnica da Superintendência Regional do IPHAN na Bahia  
[rosa7sr@gmail.com](mailto:rosa7sr@gmail.com)

Raquel Neimann da Cunha Freire  
Aluna do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade  
Federal da Bahia (FAUFBA)  
Estagiária da Superintendência Regional do IPHAN na Bahia  
[quel\\_neimann\\_cf@hotmail.com](mailto:quel_neimann_cf@hotmail.com)

**Endereço para correspondência:**  
Rua Francisco Rosa, nº 500 – apto. 506A – Rio Vermelho  
Salvador – Bahia  
CEP 41.940-210  
Telefone: (71) 3347-3079 / (71) 8176-3503

# **O IPHAN E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO: A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos**

## **RESUMO**

Não obstante a arquitetura moderna brasileira tenha se transformado em uma referência mundial nas décadas de 1940 e 1950 e o Brasil tenha sido o primeiro país do mundo a implementar ações legais visando à salvaguarda de exemplares da arquitetura moderna, até hoje o Governo Brasileiro não havia desenvolvido uma ação ampla de identificação do acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico moderno voltada à sua preservação. Salvo raríssimas exceções, os tombamentos desta categoria no Brasil se limitam ao “período clássico” da arquitetura moderna brasileira e às obras de autoria dos arquitetos da chamada *escola carioca*..

Reconhecendo a necessidade de que as ações de salvaguarda passem a entender que a arquitetura moderna brasileira foi difundida por todo o país e se caracteriza por distintas vertentes, em julho de 2008 o IPHAN deu início, em diversos estados brasileiros, ao Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos, visando realizar uma análise comparativa da produção realizada a partir do final da década de 1920, de forma a identificar os edifícios e conjuntos detentores de valores históricos e/ou arquitetônicos que justifiquem o seu tombamento. Dentre as dificuldades encontradas nesta ação, destaca-se a quase absoluta ausência de estudos sobre a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo modernos fora dos grandes centros: mesmo na Bahia, onde foi fundado o DOCOMOMO Brasil em 1992, os importantes estudos e levantamentos realizados pelos pesquisadores locais se limitaram à capital estadual.

Visando complementar os estudos existentes, a ação de identificação do patrimônio moderno na Bahia está se dirigindo para o interior do Estado, privilegiando as cidades que se expandiram significativamente neste período ou que tiveram um grande desenvolvimento econômico. Em um primeiro momento este levantamento, ainda em andamento, se concentrou nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna e já permitiu identificar obras de grande importância e praticamente desconhecidas.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Preservação do Patrimônio Edificado, Inventário do Patrimônio Cultural, Bahia

# **IPHAN AND THE CHALLENGES OF PRESERVING MODERN HERITAGE: The Modern Architecture, Urbanism and Landscape Design National Inventory in Bahia**

## **ABSTRACT**

Although Brazilian modern architecture has been transformed in a worldwide reference since the 1940s and 1950s and Brazil has been the first country in the world to have modern buildings listed, until now Brazilian Government hadn't developed a wide action of identification of modern architecture, urbanism and landscape design examples, leading to its preservation. Except for rare exceptions, Brazilian heritage is limited to modern architecture's "classic period" and to the work of the so called *Carioca school* architects.

The recognition that all protection actions must understand that modern architecture was spread all over Brazil and was made of different languages led IPHAN to start, in July 2008, a Modern Architecture, Urbanism and Landscape Design National Inventory, aiming to establish a comparative analysis of the production since the late 1920s, in order to identify the buildings and sites that have historic and/or architectonic values that justify their listing. This action has started simultaneously in almost every state in Brazil, and is now in progress. Among the difficulties found in this action, the biggest one is the absolute absence of studies over the architecture, urbanism and landscape design outside big cities: even in Bahia, where DOCOMOMO Brazil was founded in 1992, the important studies and surveys carried out by local researchers have been limited to Salvador.

Aiming to complement existing studies, the action of identification of modern heritage in Bahia is focused on the countryside, privileging the cities that have expanded mostly in this period or that have had a great economic development. In a first moment, this survey has focused in the cities of Feira de Santana, Ilhéus and Itabuna and has already been able to identify works of great relevance and almost unknown.

## **KEY WORDS**

Built Heritage Preservation, Cultural Heritage Inventory, Bahia

# O IPHAN E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO: A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos

## A política federal de preservação do patrimônio cultural e o patrimônio edificado moderno

A arquitetura moderna brasileira se transformou em uma referência mundial a partir da década de 1940, em função de iniciativas como a organização, pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, da exposição *Brazil Builds* em 1942, e a conseqüente publicação do catálogo homônimo (GOODWIN, 1943); a publicação nos Estados Unidos da primeira monografia dedicada à obra de Niemeyer (PAPADAKI, 1950); a publicação do catálogo de obras dos principais arquitetos modernos do Brasil organizado pelo arquiteto Henrique Mindlin (MINDLIN, 1956); e a contínua apresentação, nas principais revistas de arquitetura do mundo, como *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Domus*, *Casabella*, *Architectural Review* e *Architectural Forum*, de obras da arquitetura moderna brasileira (TINEM, 2006). Desta forma, o Brasil se tornou, no período que vai do início dos anos 1940 até a inauguração de Brasília, em 1960, a “meca” da arquitetura moderna mundial, para onde se voltavam os olhares de todo o mundo.

Não por acaso, o Brasil foi o primeiro país do mundo a implementar ações legais visando à salvaguarda de exemplares da arquitetura moderna, com a inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes do IPHAN<sup>1</sup>, em 1947 – apenas dez anos após a criação do órgão federal de proteção do patrimônio – da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, em Belo Horizonte, obra de Oscar Niemeyer inaugurada apenas quatro anos antes. Nos anos seguintes, outros exemplares da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos seriam igualmente reconhecidos como monumentos artísticos nacionais: o prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública, atual Palácio Capanema<sup>2</sup>, a Estação de Hidroaviões<sup>3</sup> e o Parque do Flamengo<sup>4</sup>, no Rio de Janeiro; e o “Catetinho”<sup>5</sup> e a Catedral Metropolitana de Brasília<sup>6</sup>.

Todas estas obras, reconhecidas como patrimônio nacional no período em que Lúcio Costa esteve à frente da Divisão de Estudos e Tombamentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1937-1972) e realizadas entre 1928 e 1960, no “período clássico” da arquitetura moderna brasileira (CAVALCANTI, 2001), são de autoria dos arquitetos da chamada *escola carioca*, liderada pelo próprio Lúcio Costa e profundamente influenciada por Le Corbusier. Com razão, Silvana Rubino observa que Lúcio Costa e outros técnicos e gestores do período heróico (1937-1967) do IPHAN ligados à vanguarda arquitetônica moderna, como Alcides da

---

<sup>1</sup> Tendo em vista as diversas denominações que o órgão federal responsável pela identificação, documentação, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro teve desde a sua criação, em 1937, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), optamos por utilizar a sigla atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), independentemente do período abordado.

<sup>2</sup> Tombado em 1948 e inaugurado apenas três anos antes.

<sup>3</sup> Tombada em 1957.

<sup>4</sup> Tombado em 1965, ainda durante a execução do projeto de Affonso Eduardo Reidy.

<sup>5</sup> Tombado em 1959, apenas três anos após a sua construção e antes mesmo da inauguração da nova capital.

<sup>6</sup> Tombada em 1967, quatro anos antes da sua inauguração.

Rocha Miranda, José de Souza Reis e Renato Soeiro, “fizeram do tombamento uma instância de auto-consagração – pois este é sempre uma medida de proteção e consagração – ao inscrever suas próprias obras. E ao inscrever os marcos modernos criados por eles, deixaram de lado obras do mesmo período ou do período imediatamente anterior” (RUBINO, 1996: p. 105).

Mesmo após a aposentadoria da maior parte dos pioneiros do IPHAN, no que se refere à arquitetura moderna, o órgão continuou a tomar quase que exclusivamente obras dos arquitetos da *escola carioca*, como o Hotel do Parque São Clemente em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro<sup>7</sup>; o Edifício da Associação Brasileira de Imprensa<sup>8</sup>, o Conjunto Residencial do Parque Guinle<sup>9</sup> e o Sítio de Roberto Burle Marx<sup>10</sup> no Rio de Janeiro; o Conjunto Urbanístico de Brasília<sup>11</sup>; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha em Belo Horizonte<sup>12</sup> e o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases, em Minas Gerais, que inclui obras de Niemeyer e M.M.M. Roberto e jardins de Burle Marx<sup>13</sup>. Há dois anos, por ocasião do centenário de nascimento de Oscar Niemeyer, foram tombadas provisoriamente 35 obras de sua autoria, espalhadas por nove cidades brasileiras.

Com o distanciamento crítico que o tempo permite, hoje podemos afirmar que a consagração internacional de Oscar Niemeyer e de outros nomes da *escola carioca*, associada ao papel preponderante que alguns intelectuais deste mesmo grupo desempenharam durante as primeiras décadas do SPHAN, se constituiu em uma “faca de dois gumes”: se por um lado o Brasil foi pioneiro na preservação de exemplares da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos, por outro se preocupou quase que exclusivamente com a salvaguarda de edifícios e sítios representativos somente de uma das vertentes da arquitetura moderna brasileira: a *escola carioca*. Assim, as ações do IPHAN com relação à preservação do patrimônio edificado moderno têm, até o momento, se concentrado nas obras realizadas entre as décadas de 1920 e 1960 por Niemeyer, Costa, Reidy, M.M.M. Roberto e Burle Marx.

Somente a partir de 1986, com o tombamento das três casas modernistas construídas por Gregori Warchavchki em São Paulo entre 1927 e 1930, as ações de preservação da arquitetura moderna pelo IPHAN extrapolam os limites da *escola carioca*. Mesmo assim, contam-se nos dedos os bens de arquitetura moderna desvinculados da *escola carioca* que foram tombados pelo IPHAN desde então, como a Casa de Vidro de Lina Bo Bardi em São Paulo, tombada em fevereiro de 2007. Particular destaque deve ser dado ao Elevador Lacerda, tombado em 2006 e que, para além de se constituir no mais importante marco urbano de Salvador e símbolo da sua condição de cidade de dois andares, corresponde a um significativo exemplar da uma outra arquitetura moderna, absolutamente distante da *escola carioca*.

---

<sup>7</sup> Tombado em 1984.

<sup>8</sup> Tombado em 1984.

<sup>9</sup> Tombado em 1986.

<sup>10</sup> Tombado em 2003.

<sup>11</sup> Tombado em 1990.

<sup>12</sup> Tombado em 1997.

<sup>13</sup> Tombado em 2003.

Apesar destas iniciativas, como afirma José Pessoa, o acervo arquitetônico moderno brasileiro ainda não foi alvo de uma ação sistemática de identificação e salvaguarda dos seus exemplares mais representativos:

*Hoje o acervo do patrimônio moderno tombado nacionalmente é constituído de 11 edificações isoladas, 3 conjuntos arquitetônicos, 1 parque urbano e 1 conjunto urbanístico. É muito pouco diante da produção de arquitetura moderna. É também muito pouco diante do conjunto da chamada 'escola carioca', a principal beneficiada por estes tombamentos. Ela reflete a **ausência até o presente de uma política de identificação do acervo arquitetônico moderno, para uma sistemática ação de preservação dos exemplares notáveis desta produção.*** (PESSÔA, 2006: p. 165 – grifos nossos)

Portanto, ainda estamos longe de atingir o mesmo patamar que países como a Colômbia, por exemplo, onde dezenas de edifícios modernos construídos a partir da década de 1930 já foram declarados *Bienes de Interés Cultural de Carácter Nacional* (isto é, tombados em nível federal). Este acervo é vasto e diversificado, e abrange tanto o conjunto de 16 edifícios proto-racionalistas erguidos na Cidade Universitária da Universidade Nacional da Colômbia, em Bogotá, entre 1937 e 1948, quanto 11 edificações projetadas pelo mais importante arquiteto colombiano, Rogelio Salmona – incluindo algumas obras de construção recentíssima, como o Edifício da Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Nacional da Colômbia (inaugurado em 2000), o Jardim Infantil San Jerónimo de Yuste e a Biblioteca Pública Virgílio Barco (inaugurados em 2001) e o Jardim Infantil Santa Marta (inaugurado em 2002). O acervo de exemplares da arquitetura moderna tombados pelo governo colombiano abrange ainda residências unifamiliares, como a casa do arquiteto Guillermo Bermúdez em Bogotá, construída em 1955; conjuntos habitacionais de interesse popular, como o Centro Urbano Antonio Nariño, também erguido em Bogotá na década de 1950; e até mesmo um estádio de beisebol datado de 1947.<sup>14</sup>

## **O IPHAN e o Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos**

Nos últimos anos, uma série de ações de salvaguarda do patrimônio edificado moderno vêm sendo desenvolvidas dentro do IPHAN, seja no âmbito da sua administração central, seja nas diversas superintendências regionais<sup>15</sup>. Além do processo de tombamento de 35 obras de Oscar Niemeyer, anteriormente citado e conduzido diretamente pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), existem vários processos de tombamento e inventários em andamento nas superintendências regionais e que enfocam as mais diferentes vertentes da

---

<sup>14</sup> Segundo a página oficial do *Programa Nacional de Declaratoria de Bienes de Interés Cultural del Ámbito Nacional* do Ministério da Cultural colombiano ([www.mincultura.gov.co/index.php?idcategoria=1312](http://www.mincultura.gov.co/index.php?idcategoria=1312))

<sup>15</sup> Atualmente, a Administração Central do IPHAN está dividida entre Brasília e o Rio de Janeiro e é constituída por quatro departamentos e duas coordenações-gerais, subordinadas diretamente à Presidência do órgão. As ações de salvaguarda do patrimônio material, que é o que nos interessa aqui, são coordenadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). Além disso, o IPHAN conta com 21 Superintendências Regionais espalhadas por todo o território brasileiro e subordinadas diretamente à Presidência do órgão.

arquitetura moderna brasileira, como por exemplo os processos de tombamento conduzidos pela Superintendência Regional do IPHAN na Bahia referentes ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Estância Hidromineral de Cipó, construído a partir da década de 1930 no sertão baiano, ao Edifício Caramuru, construído em Salvador a partir de 1946 segundo projeto de Paulo Antunes Ribeiro, e ao Instituto do Cacau, construído em Salvador na década de 1930 segundo projeto do arquiteto alemão Alexander Buddeüs; ou como o processo conduzido pela Superintendência Regional do IPHAN no Pará e Amapá referente ao tombamento da Vila Serra do Navio, no Amapá, construída entre 1955 e 1960 a partir de projeto de Oswaldo Arthur Bratke; ou ainda como a primeira etapa do inventário da Arquitetura Moderna do Ceará, iniciado pela Superintendência Regional daquele Estado em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e restrito, nesta etapa, às edificações do Campus da UFC e às residências projetadas por Gehrard Borman e Neudson Braga em Fortaleza.

Apesar da importância destas ações, elas vinham ocorrendo de forma isolada e sem qualquer articulação entre as diversas superintendências regionais. Além disso, as diversas ações voltadas à salvaguarda da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos por parte do IPHAN vinham sendo implementadas muito mais como resposta a demandas específicas e pontuais do que em função de uma política institucional clara de salvaguarda do patrimônio moderno brasileiro. Faltava, portanto, uma visão abrangente do patrimônio moderno brasileiro que pudesse estabelecer diretrizes para a salvaguarda deste acervo.

Por fim, mas não menos importante, as ações de salvaguarda iniciadas pelo IPHAN nos últimos anos deixavam perceber a necessidade de entender a arquitetura moderna como aquilo que ela efetivamente é: múltipla e diversificada em suas inúmeras vertentes; difundida nacionalmente, porém caracterizada por uma grande variedade de influências que resultou em uma multiplicidade de linguagens, muitas vezes contemporâneas entre si. Tornava-se necessário, portanto, realizar uma análise global da produção realizada no território brasileiro do final da década de 1920 até os dias de hoje, de forma a identificar os edifícios e conjuntos detentores de valores histórico e arquitetônico que justifiquem o seu tombamento pelo IPHAN.

Assim, em 25 de julho de 2008, o DEPAM instituiu, através a Portaria nº 001/2008, o Grupo de Trabalho “Acautelamento da Arquitetura Moderna”, formado por técnicos lotados nas Superintendências Regionais e Sub-Regionais do IPHAN dos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, sob a coordenação nacional do arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Junior, da Superintendência Regional da Bahia.

Em seguida, foi elaborado o Plano de Trabalho deste GT, estabelecendo como objetivo principal do Grupo a identificação e salvaguarda de bens da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos brasileiros. Dentre os objetivos específicos estabelecidos no Plano de Trabalho, estão o levantamento do estágio atual da preservação da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo

modernos no Brasil; a realização de um levantamento o mais amplo e abrangente possível dos bens de interesse ligados à arquitetura, ao urbanismo e ao paisagismo modernos no Brasil; o início da realização do Inventário Nacional do Patrimônio Edificado Moderno, através de uma ação-piloto de abrangência nacional; a promoção do tombamento federal daqueles bens do patrimônio edificado moderno brasileira cuja representatividade nacional seja reconhecida, como forma de garantir a sua preservação; a contribuição na preservação daqueles bens do patrimônio edificado moderno cuja representatividade regional ou local seja reconhecida, através do encaminhamento de sugestão de tombamento ou de outras ações de salvaguarda aos órgãos (IPHAN, 2008: p. 02).

O Plano de Trabalho do GT “Acautelamento da Arquitetura Moderna” do IPHAN estabeleceu, em suas “premissas gerais”, que

*Todas as atividades previstas neste Plano de Trabalho deverão, sempre que possível, utilizar os estudos existentes sobre a arquitetura moderna no estado em questão, tal como inventários já realizados, trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, monografias, artigos científicos), livros, revistas, etc., como subsídio para o levantamento de informações e identificação de bens. No caso dos estados em que existem grupos de pesquisa dedicados à arquitetura moderna (universidades, núcleos regionais do DOCOMOMO, órgãos estaduais ou municipais de preservação), sugere-se que, sempre que possível, toda a ação – da seleção dos bens a serem inventariados até o preenchimento das fichas – seja realizada pela equipe técnica da Superintendência Regional com a colaboração de representantes destes grupos. (ibid., p. 10)*

Além disso, o Plano de Trabalho determinou que as atividades desenvolvidas no âmbito do GT deveriam abordar um conjunto de bens “representativo da diversidade da arquitetura moderna brasileira, em termos cronológicos, tipológicos e de linguagem, sem deixar de lado nenhuma vertente.” (*loc. cit.*). Neste sentido, como marco cronológico inicial das ações do GT, o Plano de Trabalho estabeleceu o final da década de 1920, considerando que a casa do arquiteto Gregori Warchavchki em São Paulo foi construída em 1928, e naquele mesmo ano foi elaborado o projeto de reforma do Elevador Lacerda em Salvador que lhe deu a feição atual. Entretanto,

*‘A jusante’, não será estabelecido qualquer limite cronológico, sugerindo-se apenas que a inclusão de bens de realização recente (isto é, a partir da década de 1970), se limite àqueles cujos valores culturais já tenham sido reconhecidos de alguma forma (através de publicações, prêmios internacionais, vinculação a fatos históricos significativos, etc.). (loc. cit.)*

O Plano de Trabalho estabeleceu uma série de atividades a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho, organizadas em etapas. A primeira etapa, denominada de *Atividades Preliminares*, incluía o “Levantamento do Estágio Atual das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado



Moderno no Brasil”, através de relatórios produzidos pelos representantes do GT em cada Estado contendo:

- Listagem dos bens tombados ou em processo de tombamento pelo IPHAN, pelos órgãos estaduais e pelos órgãos municipais de preservação naquele estado, incluindo as informações básicas sobre o bem (denominação, autores, período de projeto e construção, endereço, etc.) e sobre o processo de tombamento (número do processo, data do tombamento, livro de tomo e número de inscrição do bem, etc.);
- Levantamento de outras ações desenvolvidas ou em desenvolvimento naquele estado, referentes à identificação e preservação do patrimônio edificado moderno, tais como inventários realizados pelos órgãos federal, estadual ou municipal de preservação ou mesmo pelas universidades ou grupos de pesquisa, instituições públicas e privadas, além de obras de restauração de edifícios modernos, etc.;
- Levantamento bibliográfico preliminar, incluindo livros, artigos em periódicos e anais de eventos, teses, dissertações e monografias sobre o patrimônio edificado moderno naquele estado, incluindo a indicação da biblioteca em que a publicação pode ser encontrada;
- Listagem de contatos institucionais, tal como outros órgãos (estaduais ou municipais) de preservação, faculdades e escolas de arquitetura, grupos de pesquisa locais ou organizações como o núcleo do DOCOMOMO regional, quando houver, que vêm realizando pesquisas sobre a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo modernos e que portanto podem se constituir em importantes parceiros nas ações de salvaguarda do patrimônio moderno.

Esta etapa encontra-se parcialmente concluída, uma vez que até o início de novembro de 2008 foram elaborados e encaminhados para todos os membros do Grupo de Trabalho nove relatórios<sup>16</sup>, referentes às ações de preservação do patrimônio edificado moderno realizadas ou em andamento nos estados de Alagoas<sup>17</sup>, Amazonas<sup>18</sup>, Bahia<sup>19</sup>, Distrito Federal<sup>20</sup>, Goiás<sup>21</sup>, São Paulo (restrito ao interior do Estado)<sup>22</sup>, Pará<sup>23</sup>, Pernambuco<sup>24</sup> e Sergipe<sup>25</sup>.

No caso específico da Bahia, que é o que nos interessa analisar aqui, embora existam grupos dedicados à pesquisa sobre a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo modernos há alguns anos e conseqüentemente exista uma razoável produção bibliográfica sobre o assunto, essa produção científica não necessariamente tem se refletido em ações de salvaguarda por parte dos órgãos públicos de preservação do patrimônio cultural. Apesar do núcleo brasileiro do DOCOMOMO ter

---

<sup>16</sup> É importante observar que, durante a implantação do Grupo de Trabalho, foram incorporados representantes de outras Superintendências Regionais que não estavam listados na Portaria nº 001/2008 que criou o GT, tais como Distrito Federal, Goiás, Pará e Sergipe.

<sup>17</sup> ARAÚJO, 2008.

<sup>18</sup> PEREIRA, 2008.

<sup>19</sup> ANDRADE JUNIOR, 2008.

<sup>20</sup> CASTRO & PÁDUA, 2008.

<sup>21</sup> KIMURA & MOURA, 2008.

<sup>22</sup> NASCIMENTO, 2008.

<sup>23</sup> SARQUIS, 2008.

<sup>24</sup> FREITAS, 2008.

<sup>25</sup> SERGIPE, 2008.

sido criado em Salvador, em 1992, por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e apesar da quantidade e qualidade das pesquisas desenvolvidas deste então nesta e em outras instituições sobre o tema<sup>26</sup>, esta produção intelectual não encontrou rebatimento em ações de salvaguarda do patrimônio moderno baiano, mantendo-se um distanciamento entre a produção de conhecimento no meio acadêmico e as políticas públicas de preservação.

Assim, atualmente existe apenas um exemplar de arquitetura moderna tombado pelo IPHAN na Bahia – o já citado Elevador Lacerda. Pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), são apenas três edificações (Escola-Parque, Instituto do Cacau e Residência Jorge Amado) e três obras de arte modernas tombadas (painéis dos artistas Lênio Braga, Genaro de Carvalho e Carlos Bastos). Por outro lado, nos últimos anos, foram abertos diversos processos de tombamento de bens modernos que ainda estão na etapa de estudo, seja no IPHAN (como o Edifício Caramuru, o Instituto do Cacau, o Teatro Castro Alves e a já citada Estância Hidromineral de Cipó), seja no IPAC (encontram-se sob tombamento provisório, aguardando a conclusão dos estudos, seis bens) (ANDRADE JUNIOR, 2008: pp. 01-06). Surpreendentemente, embora Salvador seja uma das mais antigas cidades brasileiras, se constitua no mais importante centro da cultura afro-brasileira e seu Centro Histórico seja patrimônio mundial declarado pela UNESCO, não existe órgão ou legislação municipal específica voltada à salvaguarda do patrimônio cultural. O mesmo ocorre em quase todas as cidades do Estado da Bahia, que ou não possuem legislação específica voltada à preservação do patrimônio cultural ou possuem uma legislação recente que jamais foi aplicada para salvaguardar o patrimônio moderno (*op. cit.*, pp. 06-07).

A segunda etapa das atividades do GT, prevista no Plano de Trabalho e atualmente em andamento, corresponde à identificação de bens de interesse, através do levantamento em campo, por parte de cada um dos membros do Grupo de Trabalho, do “maior número possível de bens de interesse ligados à arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos existentes na sua jurisdição, preenchendo para cada um destes bens a Ficha M301 (Módulo 03 – Cadastro – Ficha 01 – Cadastro Geral / Informações Básicas) do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN” (IPHAN, 2008: p. 08).

Este levantamento de bens de interesse corresponde a uma primeira etapa do “Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos” do IPHAN. Nas etapas seguintes do Grupo de Trabalho “Acautelamento da Arquitetura Moderna”, previstas no Plano de Trabalho, deverão ser identificados os bens que serão inventariados de forma mais aprofundada, visando dar início à instrução dos respectivos processos de tombamento. O Plano de Trabalho prevê ainda a publicação de “um sítio na rede mundial de computadores contendo os resultados das suas atividades”.

---

<sup>26</sup> Como pode ser comprovado pelas dezenas de artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e outras publicações elencadas no relatório correspondente à primeira etapa das atividades do GT “Acautelamento da Arquitetura Moderna” na Bahia (ANDRADE JUNIOR, 2008: pp. 09-16)

## **O Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos na Bahia**

No Estado da Bahia, no que se refere especificamente à segunda etapa das atividades do Grupo de Trabalho, atualmente em andamento, foram realizadas em um primeiro momento a revisão da bibliografia existente sobre o tema e uma pesquisa nas revistas de arquitetura brasileiras e estrangeiras que compõem o acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFBA, visando identificar a publicação de projetos e construções localizados no Estado. Em seguida, foi elaborada uma lista preliminar de bens de interesse, a partir da qual foi iniciado o preenchimento das fichas. Embora as fotografias antigas e outras imagens obtidas através da bibliografia existente sejam extremamente valiosas do ponto de vista do entendimento e valoração da obra em sua condição primitiva, estas imagens mostram-se insuficientes e desatualizadas para permitir uma correta avaliação da situação atual do bem. Assim, exceto em casos excepcionais, para cada uma das edificações fichadas foi realizada uma visita técnica, na qual foi realizado o registro fotográfico da obra. Complementando as atividades de pesquisa, foram realizadas entrevistas com os autores e colaboradores de algumas das obras, tal como o artista plástico, engenheiro e projetista Antônio Rebouças, os arquitetos Gilberbet Chaves e Paulo Ormino de Azevedo e o artista plástico Juarez Paraíso.

Até o momento, já foram preenchidas 171 fichas de bens de interesse. As fichas preenchidas referem-se em sua grande maioria a edificações das mais diversas tipologias, tal como edifícios de apartamentos, de escritórios, comerciais, institucionais, residências unidomiliares, hospitais, escolas, edifícios universitários, estações de transportes e edifícios religiosos, dentre outros. Entretanto, foram fichados também alguns exemplares significativos de planejamento urbano, como o Centro Industrial de Aratu, cujo plano é de autoria do arquiteto e urbanista Sérgio Bernardes, e mesmo de conjuntos edificados do qual são considerados tantos os aspectos arquitetônicos quanto aqueles urbanísticos, como é o caso do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Estância Hidromineral de Cipó, anteriormente citado; da Vila Mineradora da Caraíba Metais no distrito de Pilar, no município de Jaguarari, planejada e projetada por Joaquim Guedes entre 1976 e 1982; ou ainda do Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, cujo plano desenvolvido originalmente na década de 1970 teve a participação de Lúcio Costa e que inclui diversas edificações projetadas pelo arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, como a Igreja da Ascensão, os Centros de Exposições (“Balanças”) e as sedes de algumas secretarias estaduais.

Foram fichados também exemplares de intervenções em edifícios históricos, como as intervenções realizadas por Lina Bo Bardi para transformar o Conjunto do Unhão em Museu de Arte Popular (1962-1963), a adaptação de sobrados coloniais em Casa do Benin na Bahia e sede do Olodum (1987-1991) e a intervenção em um conjunto de cinco edificações e ruínas na Ladeira de Misericórdia (1986-1988), todos no Centro Histórico de Salvador e nos seus arredores.



Ministério da Cultura - IPHAN		Módulo 3 - Cadastro		M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão		Cadastro Geral/ Informações Básicas		01
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>				
Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				
<b>NACIONAL</b>				
Recorte Temático (Identificação do estudo)				
<b>ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO MODERNOS</b>				
Identificação do Bem - (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)				Código Identificador (Iphan)
<b>Teatro Castro Alves (TCA)</b>				
<b>LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)</b>				
UF	Município	Localidade		
BA	Salvador	Campo Grande		
Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				Código Postal
Praça Dois de Julho s/ nº, Campo Grande				40080-121
Coordenadas Geográficas		Latitude	Longitude	Altitude [m]
				Erro Horiz. [m]
<b>CATEGORIA</b>		<b>PROTEÇÃO EXISTENTE</b>		<b>PROTEÇÃO PROPOSTA</b>
sitio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
bem arqueológico		federal/ individual		<input checked="" type="checkbox"/> FEDERAL/ INDIVIDUAL
bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
<input checked="" type="checkbox"/> BEM IMÓVEL		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
outra:		<input checked="" type="checkbox"/> NENHUMA		nenhuma
<b>IMAGEM</b>				
				
<b>CONTEXTO</b>				
rural		Tipo:		Tipo:
<input checked="" type="checkbox"/> URBANO				
<b>PROPRIEDADE</b>		<b>ESTADO DE PRESERVAÇÃO</b>		<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>
entorno preservado		<input checked="" type="checkbox"/> PÚBLICA		<input checked="" type="checkbox"/> BOM
entorno transformado		privada		precário
forma conjunto		mista		em arruamento
bem isolado		outra:		arruinado
		descaracterizado		
<b>PREENCHIMENTO</b>				
Entidade Responsável		7ª S.R./ IPHAN		Data
Técnico Responsável		Nivaldo Andrade e Raquel Neimann		Out/2008
<b>DADOS HISTÓRICOS</b>				
Identificação do Proprietário				
Nome		Contatos		
<b>Governo do Estado da Bahia / SECULT / FUNCEB</b>		Diretor: Moacyr Gramacho / Telefone: (71) 3117-4816		
Informações Históricas (síntese)				
Construção: 1957 a 1966				
Projeto: Arquiteto José Bina Fonyat Filho; Colaboração: Humberto Lemos Lopes				
Construtora Norberto Odebrecht				
Intervenção realizada em julho de 1993 com inserção de passarela, ampliação, restauração e reforma realizados pela Construtora Akcyo Ltda.				
Painel "Fundação da Cidade de Salvador" (originalmente realizado para o Banco BANEB e transferido para o Teatro em 1999) do artista Hector Julio Paride Bernabó (Carybé), 1978, no Foyer e escultura "O Cangaceiro" (cedida em comodato pela Brasken em dezembro de 2006) do artista Mário Cravo Júnior.				
Outras informações (especializadas, temáticas...)				
ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de, José Bina Fonyat Filho, um ilustre desconhecido. Comunicação apresentada na mesa redonda especial "Teatro Castro Alves", promovida durante o 2º Seminário DOCOMOMO Norte e Nordeste, em Salvador, em junho de 2008.				
ACRÓPOLE, nº 261, jul. 1960, pp. 232-237 (indicação de BRUAND)				
ARAUJO, Emanuel (Curador), O universo mítico de Hector Julio Paride Bernabó, o baiano Carybé, São Paulo: Museu Afro-Brasil, 2006.				
Brasil - Arquitetura Contemporânea, nº 12, 1957-58, pp. 2-16. (indicação de BRUAND)				
BRUAND, Yves, Arquitetura Contemporânea no Brasil, São Paulo: Perspectiva, 1981, pp. 217-219.				
Habitat, nº 48, mai-jun 1958, pp. 10-12. (indicação de BRUAND)				
Arquitetura e Engenharia, nº 59, jan-fev 1961, pp. 2-7.				
MINDLIN, Henrique; CAVALCANT, Lauro (org), Arquitetura Moderna no Brasil, Rio de Janeiro: Aeroplano: IPHAN, 2000, pp. 273.				
Técnica - Revista de Engenharia e Arquitetura, nº 32, jul 1950, pp. 10.				
Seleção de Imagens (5cm de largura)				
				
(Foto realizada por Raquel Neimann, jun/2007)		(Foto realizada por Raquel Neimann, jun/2007)		(Fonte: ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1961)
(Fonte: ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1961)		(Fonte: ACRÓPOLE, 1960)		(Foto realizada por Raquel Neimann, jun/2007)

Figura 01 – Exemplo de ficha preenchida: Teatro Castro Alves em Salvador

Foram levantadas as obras mais significativas dos mais importantes arquitetos e projetistas modernos atuantes na Bahia a partir da década de 1930, como Alexander Buddeüs, Roberto Capello, Hélio Duarte, Paulo Antunes Ribeiro, Lev Smarcevski, Antônio Rebouças, Diógenes Rebouças, José Bina Fonyat Filho, Lina Bo Bardi, João Filgueiras Lima (Lelé), Assis Reis, Gilberbet Chaves, Paulo Ormino de Azevedo e Pasqualino Magnavita. Alguns deles, como Joaquim Guedes e Sérgio Bernardes, tiveram atuações bastante pontuais no Estado, enquanto outros tiveram quase toda a sua obra desenvolvida aqui, como Diógenes Rebouças, o mais influente e atuante arquiteto e urbanista baiano entre as décadas de 1940 e 1960, do qual foram fichadas 32 obras .

Foram fichados ainda dois projetos de paisagismo desenvolvidos por Roberto Burle Marx para espaços urbanos em Salvador – o Terreiro de Jesus (1952) – e em Ilhéus – a Avenida Soares Lopes (1985-1986) – e dezenas de obras de arte integradas a edificações e espaços urbanos, que incluem pinturas murais, painéis de azulejos, esculturas, gradis e paginações de piso, de autoria dos principais artistas plásticos locais, como Mário Cravo Junior, Carybé, Carlos Bastos, Jenner Augusto, Genaro de Carvalho, Udo Knoff e Juarez Paraíso. Em muitos casos, as obras de arte estão integradas a edifícios igualmente significativos; nestes casos, as obras de arte são incluídas nas fichas das próprias edificações. As obras de arte somente foram fichadas de forma autônoma nos casos em que se tratam de obras integradas a edificações não modernas (como, por exemplo, o painel de Carlos Bastos existente no hall do Edifício Argentina, uma construção eclética da década de 1920), nos casos de obras integradas a espaços públicos tradicionais (como os gradis de Carybé que fecham a Praça da Piedade) e nos casos de obras integradas a edificações sem qualquer valor arquitetônico significativo (como no caso dos painéis de Carybé instalados no Edifício Campo Grande e no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, ambos em Salvador).

O levantamento realizado até o momento procurou abarcar as diversas vertentes da arquitetura moderna encontradas na Bahia. As construções mais antigas fichadas correspondem a uma vertente da arquitetura moderna dominante no Estado nas décadas de 1930 e 1940, já analisada por Paulo Ormino de Azevedo (1986) e por Andrey Schlee e Sylvia Ficher (2008) e que, em certos aspectos, se aproxima da definição de Hugo Segawa de “modernidade pragmática” (SEGAWA, 2002). São obras promovidas pelo Governo do Estado da Bahia durante a Era Vargas, bem como edifícios de escritórios construídos pela Companhia Brasileira Imobiliária e de Construção S.A. (CARICCHIO, 1946, 1949).

Os fichamentos incluem também, evidentemente, os exemplares produzidos entre a segunda metade da década de 1940 e a primeira metade da década de 1960 sob influência direta da *escola carioca*, como praticamente toda a produção de Diógenes Rebouças, Paulo Antunes Ribeiro, Lev Smarcevsky, Antônio Rebouças e José Bina Fonyat Filho neste período, além de três projetos da década de 1950 que são muitas vezes atribuídos a Oscar Niemeyer mas que são, ao

que tudo indica, de autoria de Gauss Estelita, no período em que este trabalhava no escritório paulistano de Niemeyer.

Foram fichados ainda exemplares arquitetônicos dos anos 1960 e 1970 ligados à chamada *arquitetura brutalista*, bem como exemplares do mesmo período de uma vertente *regionalista* da arquitetura moderna, como é o caso de parte da produção dos arquitetos Yoshiakira Katsuki e Assis Reis no período.

Do ponto de vista cronológico, a grande maioria dos bens fichados corresponde às décadas de 1930 a 1960, contando ainda com um número razoável de obras da década de 1970. No que se refere ao período posterior (a partir da década de 1980), os fichamentos se limitaram àqueles bens de inquestionável relevância, como as obras realizadas por Lelé e Lina Bo Bardi durante a segunda gestão de Mário Kertész na Prefeitura de Salvador (1986-1989). As únicas obras da década de 1990 fichadas são edifícios públicos construídos por Lelé em Salvador, através do Centro de Tecnologia da Rede Sarah: o Tribunal de Contas da União (1995) e o Tribunal Regional Eleitoral (1998).

Até o momento, o maior desafio à realização deste inventário na Bahia corresponde à sua abrangência territorial. A quase totalidade do conhecimento científico produzido e sistematizado sobre a arquitetura e o urbanismo modernos na Bahia enfoca exclusivamente Salvador<sup>27</sup> e mesmo o material existente no arquivo do núcleo DOCOMOMO Bahia, produzido pelos diversos pesquisadores que, desde a sua criação em 1992, vem realizando importantes estudos e levantamentos sobre a arquitetura e o urbanismo modernos, praticamente se limita à capital do Estado, devido às limitações de recursos humanos e financeiros destas pesquisas.

Desta forma, no âmbito das ações do GT Acautelamento da Arquitetura Moderna do IPHAN, foram inicialmente inventariados os bens localizados em Salvador, que ainda constituem a grande maioria do total de bens de interesse identificados. Entretanto, a ida constante dos técnicos da equipe da Superintendência Regional do IPHAN na Bahia a algumas cidades do Recôncavo Baiano onde o órgão tradicionalmente já atua, como as cidades históricas de Cachoeira, São Félix, Maragóipe e Itaparica, permitiram a identificação e inclusão no levantamento de bens ali localizados. Da mesma forma, visitas técnicas realizadas recentemente pela equipe da Superintendência Regional do IPHAN na Bahia ou por colaboradores permitiram documentar fotograficamente obras localizadas nos municípios de Jaguarari, Itapetinga e Itaberaba, subsidiando o preenchimento das respectivas fichas. No que se refere a Cipó, por sua vez, o próprio processo de tombamento pelo IPHAN, atualmente em andamento, forneceu as informações necessárias ao preenchimento da respectiva ficha. Entretanto, restava ainda o desafio de cobrir pelo menos parte do vasto território baiano ainda não abordado.

---

<sup>27</sup> No que se refere ao paisagismo, a situação é ainda mais grave e esta bibliografia é praticamente inexistente.

Desta forma, visando complementar as pesquisas existentes, a ação de identificação do patrimônio moderno na Bahia está se dirigindo para o interior do Estado, privilegiando as cidades que se expandiram significativamente neste período ou que tiveram um grande desenvolvimento econômico, como Feira de Santana (a segunda cidade mais populosa do Estado, cujo crescimento se deve à atividade pecuária, e que hoje se constitui em um importante centro comercial e de serviços), Ilhéus e Itabuna (principais centros da cacauicultura do Sul do Estado), Itaparica (importante balneário onde veraneavam as famílias abastadas de Salvador em meados do século passado), Vitória da Conquista e Jequié (respectivamente, terceira e oitava cidades mais populosas do Estado) e Paulo Afonso (cujo crescimento se deve à implantação, a partir do final da década de 1940, do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso).

Devido às limitações de tempo e de recursos financeiros, em um primeiro momento este levantamento se concentrou em dois pólos – as cidades de Ilhéus e Itabuna, na região cacauceira meridional do Estado, e Feira de Santana – e já permitiu identificar obras de grande importância e praticamente desconhecidas, que serão apresentadas a seguir. Para os próximos meses, estão planejadas visitas técnicas às cidades de Vitória da Conquista, Jequié, Itaparica e Paulo Afonso. As visitas técnicas são precedidas, sempre que possível, por contatos com arquitetos locais que possam fazer indicações de bens de interesse localizados na cidade em questão e que, de outra forma, não seria possível identificar.

## **Ilhéus**

A visita técnica à cidade de Ilhéus, na zona cacauceira do sul do Estado, foi realizada nos dias 29 e 30 de outubro de 2008 e precedida de contatos com arquitetos e pesquisadores da história da cidade, como o fotógrafo, pesquisador e atual Secretário de Governo daquele Município, José Nazal Pacheco Soub, o ex-Secretário Municipal de Obras e arquiteto da Prefeitura de Ilhéus Alan Dick Megi e a arquiteta Virgínia Castro Lima.

Apesar do predomínio, na área central da cidade, da arquitetura eclética produzida no apogeu da cultura cacauceira, entre as décadas de 1890 e 1930, foram identificadas algumas edificações modernas neste setor, com destaque para a Residência João Cordier, na Rua Santos Dumont, com nítida influência da arquitetura moderna da escola carioca e, mais especificamente, da obra de Niemeyer, perceptível através da sua volumetria geral, dos pilotis em “V” e da utilização de cobogós; e para a sede da Primeira Igreja Batista, uma construção do final da década de 1960, caracterizada pela estranha volumetria e pela interessante fachada totalmente vazada, formada por dezenas de cilindros e concreto ocos, de diferentes diâmetros.



**Figura 02** – Residência João Cordier à Rua Santos Dumont  
(Foto do autor, out./2008)



**Figura 03** – Primeira Igreja Batista de Ilhéus (Foto do autor, out./2008)

Foram identificados em Ilhéus alguns interessantes exemplares da primeira vertente da arquitetura moderna na Bahia, dominante na década de 1930 e na primeira metade da década de 1940, e que conjugam linhas retas e formas arredondadas e são caracterizados pela utilização de lajes cogumelo apoiadas diretamente sobre esbeltos pilares de concreto, como no Armazém de Cacau da Matos Souza Ltda., na Rua Ciridião Durval, ou no abrigo remanescente do antigo Terminal de Barcos na Avenida dois de Julho, às margens da Baía do Pontal. É notável a semelhança desta solução estrutural com aquela utilizada no Edifício-Sede do Instituto do Cacau da Bahia, em Salvador, construído entre 1933 e 1936 segundo projeto do arquiteto alemão Alexander Buddeüs, com a diferença de que no Instituto do Cacau os pilares possuem seção quadrada, enquanto as duas obras ilheenses citadas possuem pilares de seção circular.



**Figura 04** – Armazém de Cacau da Matos Souza Ltda., à Rua Ciridião Durval (Rua da Petrobrás) em Ilhéus  
(Foto do autor, out./2008)





**Figura 05** – Abrigo remanescente de antigo Terminal de Barcos na Avenida Dois de Julho, às margens da Baía do Pontal, em Ilhéus (Foto do autor, out./2008)

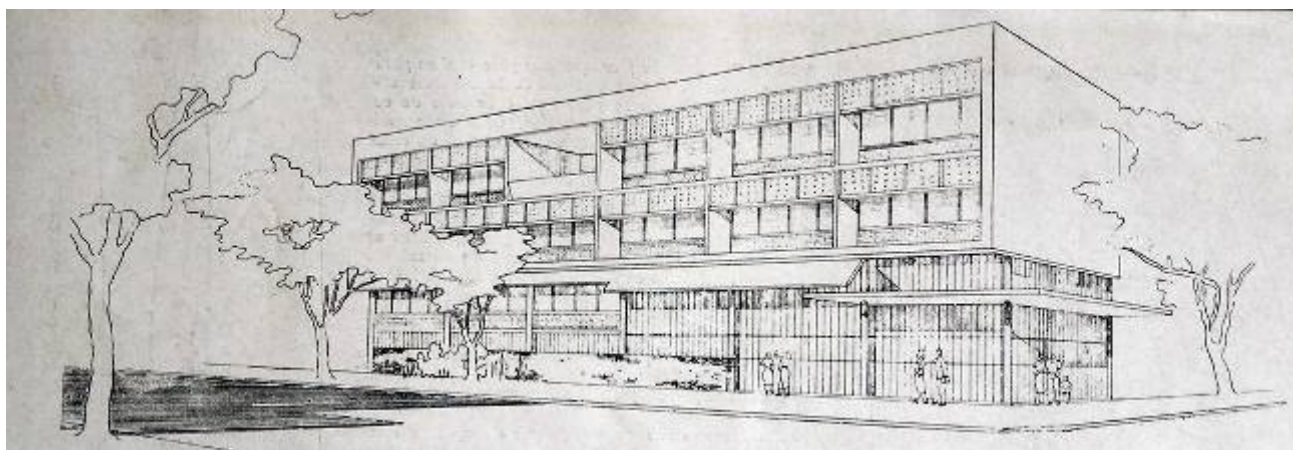
A visita técnica nos permitiu identificar uma série de residências que documentam a difusão atingida pelo ideário da arquitetura moderna na cidade em meados do século XX, particularmente nas áreas de expansão urbana como o bairro Cidade Nova e as avenidas Canavieiras e Dois de Julho. Estas residências mesclam tanto referências à *escola carioca* de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa quanto a outras vertentes da arquitetura moderna.

Entretanto, os exemplares mais significativos da arquitetura moderna em Ilhéus não são residências nem edifícios ligados à cultura cacauzeira; são equipamentos públicos e sedes de instituições. O mais conhecido dentre eles é certamente a antiga sede do Banco da Bahia, localizada no centro da cidade.

Trata-se de um projeto de Paulo Antunes Ribeiro, arquiteto nascido no Rio em 1905, diplomado pela Escola Nacional de Belas-Artes em 1926 – “com direito a medalha de ouro e premio de viagem à Europa” (CAVALCANTI, 2001: p. 314) – e que desde então, embora sediado no Rio de Janeiro, desenvolveu suas atividades profissionais em todo o país, de Manaus a Goiânia, de Belém a São Paulo. Paulo Antunes Ribeiro frequentou o curso do *Institute d’Urbanisme* da *Université de Paris* entre 1928 e 1929 e teve papel destacado no cenário arquitetônico e urbanístico brasileiro a partir da década de 1930, quando desenvolveu o Plano Diretor de Goiânia com Attílio Correia Lima. Entre 1953 e 1956, ocupou a presidência nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e em 1957 foi o representante daquela instituição na Comissão Julgadora do Concurso Público para a escolha do Plano Piloto da cidade de Brasília, tendo se desligado da Comissão durante o processo de análise das propostas de forma polêmica por não concordar com os encaminhamentos adotados.

Entre a segunda metade da década de 1940 e o início da década de 1970, Paulo Antunes Ribeiro realizou pelo menos nove projetos no Estado da Bahia<sup>28</sup>, muitos deles publicados em revistas internacionais. Seus projetos baianos mais conhecidos são o Edifício Caramuru, sede da Prudência Capitalização (1946), o Edifício-Sede do Banco da Bahia (c. 1949) e o Hotel da Bahia (em colaboração com Diógenes Rebouças, 1947-1952), todos localizados em Salvador e publicados pela revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui*. O Edifício-Sede do Banco da Bahia de Ilhéus (1950) é, aparentemente, seu único projeto baiano realizado fora da Região Metropolitana de Salvador e também foi publicado na *L'Architecture d'Aujourd'hui*, no mesmo número em que foram apresentados os projetos do Edifício Caramuru e do Hotel da Bahia.<sup>29</sup> A matéria na revista francesa informa que “menos de 180 dias foram necessários para a construção deste edifício que custou 3 milhões de cruzeiros” (BANQUE DE BAHIA À ILHEUS, 1952).

O pequeno volume prismático da sede do Banco da Bahia em Ilhéus possui quatro pavimentos (térreo, mezanino e mais dois pavimentos) e ocupa um lote na esquina. Seu acesso principal é feito pela fachada voltada para a Rua Marquês de Paranaguá – atualmente um calçadão de uso exclusivo de pedestres. –, enquanto a fachada mais marcante era aquela voltada para a Praça Coronel Sá Barreto – que mais se assemelha a um pequeno largo. Nos trechos voltados para estes dois logradouros, o pavimento térreo e o mezanino eram totalmente fechados por esquadrias de ferro e vidro, com um pequeno trecho inferior em alvenaria de pedra; as esbeltas colunas que ritmadamente suportam a carga dos pavimentos superiores estruturam também uma marquise horizontal no trecho da esquina e um quebra-sol inclinado, mais elevado, na fachada lateral, protegendo a parede envidraçada localizada neste trecho do mezanino do ensolejamento direto.



**Figura 06** – Perspectiva do projeto do Edifício-Sede do Banco da Bahia em Ilhéus  
(Fonte: BANQUE..., 1952)

<sup>28</sup> São em sua maioria edifícios de escritórios localizados no bairro do Comércio (Edifício do Banco da Bahia, Edifício Caramuru, Edifício Paraguassu e Edifício Conde Pereira Marinho) e em outras áreas da cidade (Edifício Barão de Cotegipe na Avenida Sete de Setembro e Edifício João das Botas no Canela), além da sede do Banco da Bahia em Ilhéus. Paulo Antunes Ribeiro projetou ainda um edifício residencial (Edifício Centenário, na Avenida Centenário), o Hotel da Bahia (no Campo Grande, em parceria com Diógenes Rebouças) e a ele é atribuído o plano da refinaria da Petrobrás em Mataripe (atual Refinaria Landulpho Alves, no município de São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador).

<sup>29</sup> O Edifício Caramuru, o Hotel da Bahia e a sede do Banco da Bahia em Ilhéus foram publicados na edição número 42-43 da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, em agosto de 1952. O Hotel da Bahia já havia sido publicado anteriormente pela revista francesa, no número 27 (dez./1949), e seria publicado pela terceira vez no número 52 (jan.-fev./1954), desta vez junto com o Edifício-Sede do Banco da Bahia em Salvador.

Nos dois pavimentos superiores, a fachada da Rua Marquês de Paranaguá é totalmente cega, enquanto a fachada da Praça Coronel Sá Barreto é subdividida em seis módulos em cada um dos pavimentos superiores. Os peitoris de alvenaria e as esquadrias em venezianas de madeira estão recuados com relação ao plano da fachada, criando uma sucessão de varandas. No trecho superior de cada um dos módulos, quatro painéis verticais de concreto vazado localizados no plano da fachada externa protegem a fachada interna dos excessos da incidência direta do sol. No pavimento mais alto, um dos módulos correspondia a um terraço, o que se refletia no tratamento diferente deste trecho da fachada, desprovido dos painéis de concreto vazado e possuindo um guarda-corpo maciço no plano da fachada externa, provocando assim uma assimetria na fachada.

Internamente, uma escultórica escada helicoidal de planta elíptica está junto ao acesso principal para conduzir os usuários ao mezanino e aos pavimentos superiores. No pavimento térreo, um balcão corta em diagonal o grande espaço existente, enquanto a complexidade plástica deste ambiente é complementada pelo sinuoso guarda-corpo do mezanino que atravessa diagonalmente o espaço, até chegar à fachada envidraçada lateral do edifício.

Infelizmente, a qualidade arquitetônica do edifício não garantiu a sua preservação, e após abrigar por alguns anos uma agência do Banco Real, o edifício passa atualmente por um processo de acelerada degradação. O pavimento térreo e o mezanino estão abandonados e os pavimentos superiores abrigam o escritório local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e um morador. Os trechos inferiores das fachadas que antes eram elegantemente envidraçados foram preenchidos por uma parede branca e, no trecho correspondente à esquina e próximo ao acesso, por portas metálicas de enrolar. O trecho inferior da escada helicoidal, que ligava o pavimento térreo ao mezanino, foi radicalmente alterado, visando modificar a localização do acesso. Da mesma forma, um bom trecho da ampla esquadria envidraçada do mezanino, no trecho voltado para a Praça Coronel Sá Barreto, foi substituído por parede maciça com pequenas janelas retangulares.



**Figura 07** – Vista do acesso principal e da escada (Fonte: BANQUE..., 1952)



**Figura 08** – Vista atual da antiga sede do Banco da Bahia (Foto do autor, out./2008)

Outro edifício de grande importância localizado em Ilhéus e que também se encontra em um progressivo estado de degradação, embora ainda mantenha o seu uso original, é o Instituto Municipal de Ensino Eusígnio Lavigne, mais conhecido na cidade como I.M.E., construído entre julho de 1935 e janeiro de 1939 a partir de projeto do arquiteto Alexander Altberg e do escultor Lélío Landucci que foi vencedor de concurso promovido em 1933.

Alexander Altberg é judeu e socialista, nascido em Berlim em 1908 e formado pela Staatliche Ingenieurakademie de Oldenburg, após ter estudado na Bauhaus em Weimar entre 1925 e 1926. Chegou ao Brasil em 1931 e se instalou no Rio de Janeiro, onde projetou diversas residências (MOREIRA, 2005). Lélío Landucci, escultor e gráfico nascido em Florença em 1890, após uma breve passagem pelo Brasil e depois de freqüentar a Academia Julian em Paris, se transferiu, em 1930, para o Rio de Janeiro em caráter definitivo, participando da execução final do Cristo Redentor e da projeção de diversos edifícios, muitos deles em parceria com Alcides da Rocha Miranda (FROTA, 1993: pp. 19-21).

Pedro Moreira relata a participação de Altberg e Landucci no “concurso para uma *Escola com Parque Desportivo em Ilhéus*” (MOREIRA, 2005). Como observa Moreira, Altberg e Landucci “jamais vieram a receber o dinheiro da premiação e nem souberam se o projeto foi de alguma maneira realizado” (*loc. cit.*). Entretanto, as plantas e perspectivas publicadas na *Revista da Directoria de Engenharia* do Rio de Janeiro em maio de 1934 e reproduzidas por Moreira não deixam dúvida de que o atual Instituto Municipal de Ensino Eusígnio Lavigne corresponde ao edifício projetado em 1933 por Altberg e Landucci, ainda que os pesquisadores da história da cidade atribuam o projeto exclusivamente a Landucci (SOUB, 2005).



**Figura 09 (acima)** – Perspectiva do projeto de Altberg e Landucci vencedor do concurso para “Escola com Parque Desportivo em Ilhéus” (Fonte: MOREIRA, 2005)

**Figura 10 (embaixo)** – Vista atual do Instituto Municipal de Ensino em Ilhéus (Foto do autor, out./2008)

O I.M.E. atualmente se encontra bastante descaracterizado, menos por ter recebido, por volta da década de 1960, um terceiro pavimento, e mais pela alteração radical nas aberturas e esquadrias que caracterizam a sua fachada principal. Entretanto, não obstante essas alterações, o Instituto Municipal de Ensino é um dos melhores exemplares existentes na Bahia da vertente dominante na arquitetura moderna do Estado nos anos 1930 e início dos 1940, caracterizada pela horizontalidade, pela simetria, pelas lajes planas, pelas marquises de concreto e, principalmente, pelas janelas contínuas que reforçam a horizontalidade do edifício e que são interrompidas somente pelos pilares e pela utilização de volumes de planta retangular com cantos arredondados – ainda que, no caso específico do I.M.E., a planta seja em “T”, com um terceiro bloco que, originalmente, deveria abrigar o auditório da escola.

Outro interessante exemplar desta mesma vertente da arquitetura moderna, ainda que com algumas características diferentes devido à função à qual se destina, é o Estádio Mário Filho, contemporâneo ao I.M.E. e localizado em terreno contíguo. O Estádio foi construído pela Companhia Melhoramentos Urbanos S.A. e inaugurado em 28 de junho de 1942 – embora já estivesse concluído em 1940 –, e tudo leva a crer que foi desenvolvido a partir do projeto de Altberg e Landucci para a “Escola com Parque Desportivo em Ilhéus” de 1933.

O Estádio Mário Pessoa é uma elegante estrutura que, do ponto de vista do usuário que chega pela Praça Guadalajara, se assemelha bastante ao I.M.E., ao Instituto do Cacau e a outras construções influenciadas pela Bauhaus, seja pela horizontalidade, seja pela simetria, seja ainda pelas aberturas contínuas, interrompidas somente pelos montantes verticais. Entretanto, o aspecto mais interessante da sua arquitetura é a imensa cobertura em balanço que protege do sol parte da arquibancada,



**Figura 11** – Vista do acesso ao Estádio Mário Pessoa, a partir da Praça Guadalajara (Foto do autor, out./2008)



**Figura 12** – Vista das arquibancadas mais antigas do Estádio Mário Pessoa a partir do campo  
(Foto do autor, out./2008)

## **Itabuna**

Devido à proximidade entre as duas cidades, a visita técnica a Itabuna foi feita logo em seguida à de Ilhéus. Entretanto, a visita à primeira cidade foi mais produtiva do que aquela feita a Itabuna, devido aos contatos realizados e às informações obtidas previamente.

No Km 22 da BR-415, que liga Ilhéus a Itabuna, encontra-se a sede do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), vinculado à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Este complexo arquitetônico e urbanístico foi projetado pelo arquiteto carioca Sérgio Bernardes em 1963 e construído entre o final da década de 1960 e 1972, em um período em que Sérgio Bernardes atuou profissionalmente na Bahia com razoável frequência, elaborando alguns projetos de arquitetura – como o do Edifício Casa Forte no bairro do Canela, em Salvador – e, mais importante, desenvolvendo o Plano do Centro Industrial de Aratu (1966), o primeiro grande complexo industrial do Estado.

O plano do CEPEC/CEPLAC e o projeto das suas instalações certamente não estão entre as obras mais importantes de Bernardes; entretanto, não deixa de ter uma relevância devido à sua escala – ocupa 761 hectares – e ao partido arquitetônico adotada. Todas as construções que compõem o complexo são modulares e elevadas com relação ao nível do solo; a utilização, do pórtico de entrada até as construções mais importantes, de um sistema estrutural formado por pilares de seção quadrada em cujo topo se apóiam pirâmides invertidas que funcionam como cobertura tem, por um lado, a vantagem de dar identidade ao CEPEC e unidade às diversas edificações do conjunto; por outro lado, cria uma série de limitações à ocupação do espaço e de

dificuldades na manutenção das construções, seja no que se refere à drenagem das águas pluviais, seja no que diz respeito à instalação de simples luminárias, dentre outros problemas.



**Figura 13** – Vista do acesso principal ao Complexo do CEPEC/CEPLAC (Foto do autor, out./2008)



**Figuras 14 e 15** – Vistas internas do restaurante e do pavilhão administrativo do CEPEC/CEPLAC (Fotos do autor, out./2008)

Outra edificação pública inventariada, contemporânea à sede do CEPEC/CEPLAC, é a Estação Rodoviária de Itabuna projetada entre 1965 e 1966 pelos arquitetos Yoshiakira Katsuki, Alberto Hoisel e Guarani Araripe e construída em 1967. Esta rodoviária, com claras influências da arquitetura brutalista através da exploração plástica e dos grandes vãos e balanços da estrutura em concreto aparente, apresenta ainda um belo painel em vidrotal do artista plástico Lênio Braga na parede externa dos sanitários.

### **Feira de Santana**

A visita técnica à cidade de Feira de Santana, a maior cidade do interior do Estado da Bahia, localizada a apenas 108 quilômetros da capital, foi realizada no dia 16 de outubro de 2008 e

precedida de contatos com profissionais atuantes na cidade, como os arquitetos Luiz Humberto de Carvalho e Inês Cerqueira e o arquiteto e artista plástico Juraci Dórea. A Estação Rodoviária de Feira de Santana foi projetada pelos mesmos arquitetos daquela de Itabuna, no mesmo período e também conta com um painel do artista plástico Lênio Braga na parede externa dos sanitários – este, tombado pelo IPAC desde 2001 e tendo como tema a cultura e o homem sertanejos, com referências à literatura de cordel e ao folclore (boi mandingueiro, mula-sem-cabeça, saci, princesas encantadas, etc.).

A linguagem da Estação Rodoviária de Feira de Santana também a aproxima daquela de Itabuna: vigas de concreto relativamente delgadas vencem os grandes vãos e balanços e os arquitetos tomam partido da própria estrutura – incluindo aí não somente pilares e vigas, mas também elementos como escadas e rampas – na sua proposta estética. A Estação Rodoviária de Feira de Santana, contudo, é significativamente maior que a Itabuna e suas esquadrias possuem um detalhamento mais sofisticado que aquela do sul baiano, com a alternância de folhas fixas e venezianas de vidro.

Na Avenida Senhor dos Passos, está a antiga Residência de Newton da Costa Falcão, Prefeito da cidade entre 1971 e 1973 e membro de uma das mais tradicionais famílias da cidade. Esta casa, atualmente desocupada e em estado de progressivo arruinamento, está localizada em um logradouro que vem, ao longo dos anos, abandonando seu caráter residencial e se transformando em setor de comércio e serviços. A sociedade feirense costuma atribuir o projeto desta residência, datada da década de 1950, a Oscar Niemeyer; o arquiteto Juraci Dórea, contudo, nos informou que conseguiu localizar as plantas da edificação no setor de aprovação da Prefeitura e que o projeto é assinado por Gauss Estelita. Seja quem for o autor – e é possível até mesmo que o projeto seja de autoria de Niemeyer, porém assinado por Estelita, que era seu colaborador à época –, é inquestionável a influência do mestre carioca, particularmente de algumas residências projetadas por Niemeyer na década de 1940, como a Residência Prudente de Moraes Neto, construída entre 1943 e 1949 no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.



**Figura 18** – Vista geral da Residência Newton da Costa Falcão em Feira de Santana  
(Foto do autor, out./2008)



Entretanto, a maior surpresa na realização deste inventário em Feira de Santana foi a descoberta da obra do arquiteto feirense Amélio Teixeira de Amorim, graduado pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia em 1956 e que daí até a sua morte, na década de 1980, foi o mais importante arquiteto da cidade. Amélio Amorim foi o autor de projetos de edifícios comerciais, como o Centro Comercial Mandacaru e a Casa das Lâmpadas, e das residências das famílias mais abastadas da cidade<sup>30</sup>, além de ter projetado a sede do principal clube social de Feira de Santana – o Clube de Campo Cajueiro (1965). Infelizmente, muitas destas edificações – principalmente as residências que passaram a ter uso comercial ou institucional – vêm sendo descaracterizadas nos últimos anos; o Clube de Campo Cajueiro, por sua vez, vem há anos atravessando um período de decadência – como, de resto, todos os clubes sociais tradicionais das grandes cidades baianas – e notícias recentes dão conta da sua venda para um grupo empresarial paulista que pretende demolir suas instalações para construir um shopping center. Por outro lado, embora um dos melhores projetos de Amorim – a Residência Jair Santos Silva, na Avenida Getúlio Vargas, principal via da cidade – tenha sido transformado em loja de móveis, preservou a volumetria geral e as principais características do projeto original, como as esquadrias de veneziana e vidro e o interessante e complexo jogo de marquises da fachada posterior.

A obra mais importante de Amélio Amorim, contudo, corresponde a um empreendimento pessoal do arquiteto: o Complexo Turístico Carro de Boi (1975), formado pelo Restaurante Carro de Boi e pela Boate Jerimum, marcos da arquitetura da cidade. Tanto o restaurante quanto a boate são exemplares sintomáticos do processo de incorporação de referências da cultura local à arquitetura: o restaurante é quase totalmente construído com materiais tradicionais, contando com paredes de sopapo e de alvenaria de pedra, pérgolas e esquadrias de madeira e cobertura em telhas cerâmicas, e as tesouras de madeira possuem rodas de carroças em lugar de montantes e diagonais. Além disso, com sua forma de abóbora, a Boate Jerimum nada é mais do que um *pato*, isto é, “a edificação especial que é um símbolo” (VENTURI *et alli*, 2003: p. 118), cumprindo assim o seu papel de resgatar o “simbolismo esquecido da forma arquitetônica” (*ibid.*). Infelizmente, o Complexo Turístico Carro de Boi encontra-se em um absoluto estado de abandono, com as estruturas de madeira totalmente apodrecidas e parcialmente desabadas – apesar do complexo fazer parte do Centro Cultural Amélio Amorim da Universidade Estadual de Feira de Santana.

---

<sup>30</sup> Foram visitadas e fotografadas em Feira de Santana seis residências projetadas por Amorim, segundo indicação dos arquitetos locais que nos acompanharam.



**Figura 19** – Vista geral da Boate Jerimum em Feira de Santana (Foto do autor, out./2008)

### **Considerações finais**

Embora ainda não tenha sido concluído o levantamento de bens de interesse planejado nas principais cidades do interior baiano, as visitas técnicas e levantamentos até agora realizados em Ilhéus, Itabuna e Feira de Santana nos alertam para a absoluta necessidade de conhecer a arquitetura do Estado como um todo antes de que possamos identificar os bens mais relevantes para tombamento; alteram para a necessidade de, ao pretender falar efetivamente de arquitetura moderna brasileira, deixar de focar exclusivamente a produção das capitais e grandes centros e voltar os olhos, ainda que parcialmente, para a produção das cidades médias do interior. Quem se dispuser a tanto, certamente terá sua recompensa: do ponto de vista da qualidade arquitetônica, não são muitas em Salvador as residências do mesmo nível daquelas projetadas por Amélio Amorim e ainda existentes em Feira de Santana, da mesma forma que não são muitas as edificações em todo o Estado da Bahia com a complexidade e riqueza espacial e construtiva do Banco da Bahia de Ilhéus, por exemplo.

Além disso, do ponto de vista da história do nosso campo disciplinar, o conhecimento dessa produção abre novos horizontes para o entendimento da nossa arquitetura. Ela demonstra a difusão do ideário moderno, em suas diferentes vertentes, por todo o país e até mesmo em cidades bastante distantes dos grandes centros. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de se entender a arquitetura moderna brasileira não como homogênea, mas como um conjunto de

vertentes, muitas vezes contemporâneas entre si, que vai da arquitetura diretamente influenciada pela Bauhaus do Instituto Municipal de Ensino às inúmeras referências à *escola carioca* e à obra de Niemeyer, como nas casas de Ilhéus e de Feira de Santana, passando ainda pelo brutalismo das Estações Rodoviárias de Feira de Santana e de Itabuna e pelo regionalismo (e pós-modernismo precoce) do Complexo Turístico Carro de Boi de Amélio Amorim. Afinal, para quem acreditava que o pós-modernismo baiano começou com algumas obras historicistas realizadas em Salvador na década de 1980, é uma surpresa descobrir que provavelmente a primeira manifestação da influência de Robert Venturi na Bahia ocorreu em pleno agreste baiano, apenas três anos após a publicação, nos Estados Unidos, de *Learning from Las Vegas*. É preciso *aprender com Feira de Santana...*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado da Bahia**. Salvador: 7ª S.R./IPHAN, 2008.
- ARAÚJO, Sandro Gama de. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado de Alagoas**. Maceió: 17ª S.R./IPHAN, 2008.
- ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARQUITETOS DE FEIRA DE SANTANA. A revitalização do Carro de Boi em discussão. **Arqtexto**, ano 05, nº 17, set.-out.-nov./2007, p. 03.
- \_\_\_\_\_. Iniciada a revitalização do Carro de Boi. **Arqtexto**, ano 06, nº 21, set.-out.nov./2008, pp. 04-05.
- \_\_\_\_\_. Restauração visa preservação de memória. **Arqtexto**, ano 03, nº 11, mar.-abr.-mai/2006, p. 03.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Crise e Modernização: a arquitetura dos anos 30 em Salvador. In: SEGAWA, Hugo (org.). **Arquitetura Brasileira: Anos 80**. São Paulo: Projeto, 1986, pp. 14-18.
- Banque de Bahia à Ilhéus. **L'Architecture d'Aujourd'hui**, nº 42/43, aou. 1952, pp. 13-14.
- CARICCHIO, Ernani (org.). **Cia. Brasileira Imobiliária e de Construções S.A., Bahia**. Salvador: Imprensa Vitória, 1946.
- \_\_\_\_\_. **Cia. Brasileira Imobiliária e de Construções S.A., Bahia (IIº Tomo)**. Salvador: Imprensa Vitória, 1949.
- CASTRO, Daniela Lorena Fagundes de; PÁDUA, Carolina Dal Ben. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Distrito Federal**. Brasília: 15ª S.R./IPHAN, 2008.
- CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era Moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado de Sergipe**. Aracaju: 8ª S.R./IPHAN, 2008.
- FREITAS, Marcelo. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado de Pernambuco**. Recife: 5ª S.R./IPHAN, 2008.
- FROTA, Lélia Coelho. Mestre Alcides. In: \_\_\_\_\_. **Alcides Rocha Miranda: caminho de um arquiteto**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993, pp. 09-95.
- GOODWIN, Philip L.. **Brazil Builds: architecture new and old – 1652-1942**. Nova York: The Museum of Modern Art, 1943.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano de Trabalho: Grupo de Trabalho 4 – Acautelamento da Arquitetura Moderna**. Brasília: IPHAN, 2008.
- KIMURA, Simone; MOURA, Ana Amélia. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado de Goiás**. Goiânia: 14ª S.R./IPHAN, 2008.
- MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. Nova York: Reinhold, 1956.

- MOREIRA, Pedro. **Alexandre Altberg e a Arquitetura Nova no Rio de Janeiro**. Arqtextos, São Paulo, Vitruvius, n. 58, mar./2005. Disponível online em: [www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq058/arq058\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq058/arq058_00.asp).
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: 9ª S.R./IPHAN, 2008.
- PAPADAKI, Stamo. **The Work of Oscar Niemeyer**. Nova York: Reinhold, 1950.
- PEREIRA, Camila Souza. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado do Amazonas**. Manaus: 1ª S.R./IPHAN, 2008.
- PESSÔA, José. Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte. In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs.). **Moderno e Nacional**. Niterói: Ed. UFF, 2006, pp. 157-168.
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, 1996, pp. 97-105.
- SARQUIS, Giovanni Blanco. **Levantamento das Ações de Preservação do Patrimônio Edificado Moderno no Estado do Pará**. Belém: 2ª S.R./IPHAN, 2008.
- SCHLEE, Andrey; FICHER, Sylvia. Bahia – um outro modernismo: paralelo e escamoteado. In: **Anais do 2º Seminário DOCOMOMO Norte e Nordeste**. Salvador: DOCOMOMO Bahia : PPG-AU/UFBA : CECRE : UNIFACS, 2008 (CD-Rom).
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SOUB, José Nazal. **Minha Ilhéus: fotografias do século XX e um pouco de nossa história**. Itabuna, BA: Agora, 2005.
- TINEM, Nelci. **O Alvo do Olhar Estrangeiro: o Brasil na Historiografia da Arquitetura Moderna**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2006.
- VENTURI, Robert; SCOTT-BROWN, Denise; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.